



SEMINÁRIO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS



O FUTURO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
NA PERSPECTIVA DO ENSINO, INOVAÇÃO,
CRIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.

15 A 20 DE ABRIL DE 2018
Bahia Othon Palace Hotel, Salvador-BA

Eixo II - Pesquisa e Extensão

O AUTOARQUIVAMENTO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

*SELF-ARCHIVING IN THE INSTITUTIONAL REPOSITORY OF THE FEDERAL UNIVERSITY
OF BAHIA: A CASE STUDY OF THE MASTER'S DEGREE IN COMPUTER SCIENCE*

DAVILENE SOUZA SANTOS

FLÁVIA GOULART M. GARCIA ROSA

Resumo: Este artigo trata do procedimento de autoarquivamento no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia pelos egressos do Mestrado em Ciência da Computação. Busca-se conhecer as políticas de autoarquivamento e as ações junto à comunidade acadêmica para fomentá-lo, visando contribuir com o crescimento do acervo do Repositório. O levantamento de dados partiu da observação da subcomunidade no Repositório, aplicação de questionários com os discentes, e entrevista semiestruturada com o coordenador do Mestrado. O curso foi criado em 2012 e por questões pedagógicas foi substituído por um Programa, iniciado em 2014, que contempla Mestrado e Doutorado, portanto, o curso em questão permitiu uma análise do seu início ao fim. A pesquisa tem caráter bibliográfico, de natureza aplicada e abordagem quantitativa. Os resultados demonstram que o arquivamento das dissertações não foi realizado pelos próprios autores na sua plenitude, portanto, o autoarquivamento não se efetivou enquanto estratégia prevista no movimento de acesso aberto, e sim pela assessoria do curso. Concluímos que é necessário investir em políticas de autoarquivamento de modo amplo, com uma divulgação mais contundente, capaz de atingir os membros da comunidade acadêmica, sem que a interferência do colegiado seja a única opção, inclusive adotando procedimentos que facilitem alguns processos de docentes, quando estes tiverem seus artigos disponibilizados no Repositório.

Palavras-Chave: Comunicação Científica. Repositório Institucional. Universidade Federal Da Bahia. Movimento Mundial de Acesso Aberto. Autoarquivamento.

Abstract: This article aims to verify if self - archiving in the Institutional Repository of the Federal University of Bahia was carried out in a satisfactory manner by the graduates of the Master 's Degree in Computer Science. It seeks to know the policies of self-archiving, and actions with the academic community to foster it, aiming to contribute to the growth of the Repository's collection. The data collection was based on observation of the subcommunity in the Repository, application of questionnaires with the students, and semi-structured interview with the Master's coordinator. The course started in 2012 and for pedagogical reasons was replaced by a program, started in 2014, which includes Master's and Doctorate, so the course in question allowed an analysis of its beginning to end. The research has bibliographic character, of applied nature and quantitative approach. The results show that the archiving of the dissertations

was not carried out by the authors themselves in its fullness, therefore, self-archiving was not carried out as a strategy foreseen in the open access movement, but by the course counseling. We conclude that it is necessary to invest in self-archiving policies in a broad way, with a more forceful disclosure, able to reach the members of the academic community, without the interference of the collegiate being the only option, including adopting procedures that facilitate some processes of teachers, when these have their articles available in the Repository.

Keywords: Scientific Communication. Institutional Repository. Federal university of Bahia. World Open Access Movement. Autoarchiving.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que alterou o ciclo da comunicação científica, sobretudo a divulgação e disseminação do conhecimento em âmbito mundial, surgem os Repositórios Institucionais (RI), no contexto do movimento mundial em prol do acesso aberto, como uma resposta às políticas praticadas pelas editoras de periódicos científicos e os altos preços cobrados pelas assinaturas. Os RI possibilitaram o armazenamento e preservação da produção científica das universidades e centros de pesquisas.

A comunicação científica passou por uma profunda transformação, se comparada com o período que antecedeu a chegada da internet e da www. A pesquisa científica era restrita, na maioria das vezes, aos seus pares em âmbito local. Com a possibilidade de utilização de diversos outros canais de comunicação, tais como: revistas eletrônicas, blogs, anais eletrônicos a pesquisa científica ampliou o seu alcance e pôde ser compartilhada de modo mais rápido e eficaz. Para Meadows (1999, p.vii), “[...] A comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica”. Ora, se a comunicação é parte integrante da pesquisa científica, visto que sem comunicação, inclusive entre os pares, não há pesquisa, nada mais coerente que a utilização de novos percursos de comunicação para agilizar e facilitar essa troca de informações e geração de novos conhecimentos.

Diversos autores, muitos deles citados por Targino (2014), defendem a teoria de que a notícia científica esteja presente nos meios de comunicação, levando conhecimento científico ao grande público, evitando, portanto, o analfabetismo científico, que de acordo com essa autora é a “Impossibilidade de acesso ou dificuldade de assimilar as informações e os conhecimentos disponíveis”, proporcionando a divulgação científica, que difere da comunicação científica no que tange o público alvo, haja vista que a primeira atinge a comunidade externa, sociedade no geral, grande público; enquanto a segunda é destinada aos pares e detentores de conhecimento prévio sobre a ciência e tecnologia. Bueno (2010, p. 1) acrescenta que “A divulgação científica

cumprir função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica”.

Considerando o fato de estarmos vivenciando um momento em que a sociedade necessita visualizar os resultados de todo o investimento aplicado nas ciências e tecnologias, a fim de se certificar que os esforços empregados para manutenção das instituições de pesquisa estão sendo positivos, e para isso, o livre acesso às informações, aos dados, ao conhecimento produzido estão em grande evidência, pois já não há como se permitir que os resultados de pesquisas permaneçam em acesso restrito, visto que os investimentos públicos são os maiores financiadores destas pesquisas que geram um conhecimento, que deve ser da coletividade.

Atrelado a todos os fatores citados anteriormente, evidenciamos uma profunda crise dos periódicos científicos, periódicos estes que são os maiores veículos de comunicação científica, distribuídos por editoras detentoras dos direitos de publicação e circulação de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, portanto, possuem plenos poderes na disseminação desta informação, contudo, cobravam valores exorbitantes pelas assinaturas, o que foi gerando um descontentamento por parte dos autores/pesquisadores de algumas instituições que necessitavam de suas assinaturas para disponibilizar aos seus usuários os dados mais atualizados de determinada área, visto ser o periódico suporte mais rápido e eficaz de propagação das novidades na área científica. Desse modo, efetivou-se entre cientistas americanos da área de física, a disseminação de suas produções em acesso aberto, sendo os Repositórios Institucionais o local de disponibilização.

Na atualidade, os RI vêm crescendo e ampliando a sua inserção no fluxo da comunicação científica, no entanto ainda há questões que precisam ser repensadas para que de fato eles cumpram com o seu importante papel. O Repositório da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que em setembro de 2017 completou sete anos de sua implantação, é o objeto de estudo desse artigo que, foi delimitado pelo curso de Mestrado em Ciência da Computação, e se propõe a verificar os fatores que interferem no autoarquivamento em sua subcomunidade, com o propósito de utilizarmos esses dados como parâmetros para atuarmos em uma mudança de paradigmas. Para essa verificação, observamos a subcomunidade no Repositório, aplicamos questionários com os discentes, e realizamos uma entrevista semiestruturada com o coordenador do Mestrado, portanto, a pesquisa se constituiu de um caráter bibliográfico, de natureza aplicada e abordagem quantitativa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante do descontentamento dos acadêmicos e das instituições envolvidas, muitas ações foram evidenciadas para alcançarmos o acesso aberto, a exemplo do arquivo de impressão eletrônica Los Alamos, criado por Paul Ginsparg, o arXiv.org, que se tornou um importante meio de comunicação entre os pesquisadores da área de Física. Contudo foi com a Convenção de Santa Fé, realizada em 21 de outubro de 1999, no Novo México, que o escopo do acesso aberto foi se definindo. Neste encontro, foi possível reunir representantes de diversas instituições favoráveis ao acesso aberto e dispostos a tornar essa ideia uma realidade. Para Costa e Leite (2016, p. 4) “Acesso aberto representa a disponibilização livre e irrestrita das publicações científicas, em textos completos, por meio da internet”.

A partir desta intenção concretizada através da Convenção de Santa Fé, outras manifestações de apoio ao novo paradigma na comunicação científica, o Acesso Aberto, foram se incorporando ao movimento, dentre elas a Budapeste Open Access Initiative (BOAI), conforme relata Silva e Alcará (2009, p.101):

Foi criada em fevereiro de 2002, a partir da reunião promovida pelo Open Society Institute (OSI), da Soro Foundation, com o propósito de analisar como as iniciativas isoladas poderiam trabalhar conjuntamente e como o OSI e as demais fundações poderiam utilizar de forma mais efetiva seus recursos para contribuir com o acesso aberto.

Essa reunião gerou uma declaração, considerada um documento marco no movimento de acesso aberto, que recomenda duas estratégias para alavancar o movimento, são elas: o autoarquivamento e acesso aberto aos periódicos. Essas estratégias se tornariam posteriormente conhecidas como: via verde e via dourado respectivamente. A primeira trata da publicação em repositórios institucionais de trabalhos científicos; e a segunda, atinge diretamente os periódicos científicos, sugerindo alterações na disponibilização dos conteúdos por eles gerenciados, afim de que este conteúdo seja pelo menos em partes disponibilizado em formato de acesso aberto. Costa e Leite (2016, p. 4), ressaltam que “A expressão *Open Access* foi utilizada pela primeira vez para este propósito pela BOAI”.

Ademais, diversas declarações de órgãos e países foram enriquecendo esse movimento de livre acesso, mas de acordo com Silva e Alcará (2009, p. 104):

A iniciativa de maior visibilidade nos Estados Unidos foi a definição e o estabelecimento formal de uma política governamental de obrigatoriedade de depósito no repositório de acesso aberto, PubMed Central (PMC), de todo resultado de pesquisa financiada pelo National Institute of Health (NIH) [...], o Congresso Americano solicitou que o NIH desenvolvesse uma política e obrigatoriedade de depósito em repositório de acesso aberto.

Nesse cenário e com a ampliação do Movimento para o Livre Acesso, ele propagou-se no Brasil através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), sendo o seu marco o lançamento do Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira em 2005. Identificamos nos estudos realizados por Costa (2006), que os debates sobre o acesso livre à informação científica têm acontecido com grande frequência por diversos países, a exemplo do que ocorreu no Reino Unido, onde o Parlamento cedeu à pressão e foi levado a legislar sobre o tema do Acesso Aberto, propondo que Agências de fomento regulamentassem a matéria, que as Universidades as implementassem e que as editoras considerassem a mudança nas suas políticas de distribuição, ocasionando em uma mudança de paradigmas para os pesquisadores.

É nesse contexto que nasce o Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI/UFBA), através da Portaria de implantação, emitida pelo então Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, em 07 de janeiro 2010.

A implantação do RI-UFBA é fruto de grandes esforços por parte da equipe técnica e das instâncias administrativas da Universidade, processo também desencadeado através dos estudos realizados por Rosa (2011) em sua Tese de Doutorado. A autora destaca em seus relatos, que um dos principais desafios das instituições acadêmicas, que produzem conhecimento, é disponibilizar de modo eficiente suas pesquisas. Contudo o meio digital possibilitou a disseminação dessa produção científica através da rede mundial de computadores, e ampliou o acesso e a visibilidade, porém ainda dispersa, e para tanto, os repositórios digitais surgem como alternativa de consolidação de diversos tipos de produção científica, artística e cultura, em formatos mais variados possíveis, tais como: textos, sons e imagens, imagens em movimento contribuindo para o armazenamento, preservação e democratização do conhecimento da instituição. E finaliza esse pensamento com uma reflexão de que o que podemos aguardar da Universidade, é que ela cumpra sua função de ao tempo que produz conhecimento, também comunicar e divulgar.

Meadows (1999) demonstra que desde a década de 1960, o computador já seria uma solução viável para o tratamento da informação produzida em meio científico, conforme relato a seguir:

O computador já era empregado no processamento de informações na década de 1960. Sua evolução por certo iria permitir o tratamento rápido de uma grande quantidade de informações, transformando-o em ferramenta cada vez mais eficaz para a comunicação científica.

Diante do exposto, temos a preocupação e o intuito de verificar, após sete anos da sua implantação, o desenvolvimento do RI/UFBA, tendo como amostra o curso de Mestrado em Ciência da Computação, identificando os fatores que interferem no autoarquivamento na sua

subcomunidade, e quais as conseqüências que esses fatores exercem na visibilidade da sua produção científica. Além disso, pretendemos propor soluções para uma maior conscientização de outros cursos, tendo por base as observações e os dados levantados no curso em questão, cuja inserção de dados seja inexistente ou insuficiente.

3 O AUTOARQUIVAMENTO

O tema proposto neste artigo se justifica pela atualidade com que os Repositórios Institucionais foram inseridos no âmbito das universidades no Brasil, em especial na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e destacamos a sua importância já que os Repositórios cumprem um papel de destaque no contexto da comunicação científica por disseminar e preservar a produção das Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa.

Através de levantamento realizado em dezembro de 2017,¹²⁹, é possível identificar cerca de 109 instituições que possuem Repositórios, dos quais 90% são instituições de ensino superior pública, e os outros 10% de instituições de pesquisa no geral. Diante desse cenário e do seu recente nascimento ou implantação, torna-se necessário uma verificação do comportamento dos agentes inseridos nessa nova concepção de comunicação e/ou divulgação científica, delimitado na pesquisa, pelo curso de mestrado em Ciência da Computação da UFBA.

A escolha do referido curso da UFBA se deve ao fato desse curso ter sido implantado em 2012, ou seja, posteriormente a implantação do RI-UFBA, e por questões pedagógicas um novo programa de pós-graduação em Ciência da Computação o substituiu em 2014, portanto, poderemos analisar como se deu o autoarquivamento do início ao final do curso. Considerando que o curso de Ciência da Computação está inserido em uma área estratégica, no que tange as Ciências e Tecnologias, identificamos quão é importante analisarmos a sua inserção no cenário do acesso aberto.

Pesquisas alertam que algumas áreas do conhecimento possuem maior consciência no que tange a importância da disseminação da produção científica, como discorre Costa e Leite (2006), citando estudos realizados por Antelman (2004), destaca a questão da divisão das disciplinas, com o intuito de identificar o impacto das suas citações em ambientes digitais versus material impresso. “O estudo de Antelman se norteou pelas diferenças disciplinares – tópico essencial nessa e em quaisquer discussões concernentes à comunicação científica, em relação ao estágio de cada disciplina na adoção do acesso aberto”. (COSTA; LEITE, 2006).

¹²⁹Disponível em: <
http://wiki.ibict.br/index.php/Bibliotecas_Digitais_de_Teses_e_Disserta%C3%A7%C3%B5es>.

A partir dessa análise preliminar, pretendemos identificar na UFBA, através do seu RI, como se comporta o curso de Mestrado em Ciência da Computação, uma das portas de entrada para o crescimento acadêmico e científico. De acordo com Vianna e Carvalho (2013):

Os RIs são ferramentas relativamente novas, em desenvolvimento e em constante mudança e a percepção de seus resultados positivos ainda é pequeno por parte dos usuários. Como ferramenta em desenvolvimento ela necessita de avaliações constantes e uma integração entre os profissionais da área da Ciência da Informação e o pessoal de TI, bem como com os seus usuários.

No que diz respeito ao RI/UFBA, o mesmo não acompanha a realidade da Instituição quanto a sua produção científica, cultural e artística, perfazendo, atualmente um total de 22 mil documentos disponíveis em acesso aberto,¹³⁰ dos quais o Mestrado em Ciência da Computação contribui com 76 documentos inseridos, entre Dissertações, Artigos publicados em periódicos, em Conferência e capítulos de livros. Desse modo, é importante fomentarmos para que haja maior amplitude de divulgação e inserção do que é produzido na Universidade, demonstrando assim a importância da Universidade para a sociedade e retorno do investimento de recursos públicos na produção da pesquisa científica.

O procedimento mais indicado para disponibilização dos documentos na concepção do acesso aberto, inclusive definido pela Convenção de Santa Fé como um dos princípios básicos desta filosofia e corroborado pela Budapeste Open Access Initiative (BOAI), é o autoarquivamento. De acordo com Triska e Café (2001):

O autoarquivamento refere-se ao direito de o próprio autor enviar o seu texto para publicação sem intermédio de terceiros. Trata-se de um conceito inovador cujos objetivos são tornar o texto disponível o mais rápido possível e favorecer o acesso democrático e gratuito das publicações eletrônicas, enfraquecendo o monopólio das grandes editoras científicas que até recentemente detinham em seu poder os direitos de publicação.

Os agentes envolvidos nesse processo de autoarquivamento, para divulgação das suas produções acadêmicas e científicas precisam compreender a importância do movimento de acesso aberto e se conscientizarem da necessidade de inserção de suas publicações no Repositório Institucional da UFBA, através das suas subcomunidades.

De acordo com estudos realizados por Barros (2015), quando entrevistado, o coordenador de ensino de pós-graduação da UFBA mostrou-se favorável a realização de um trabalho de divulgação do RI e instruções sobre o seu uso, porém não há uma concordância quanto a existir algum documento oficial de obrigatoriedade do autoarquivamento, o que já vem acontecendo em diversas outras universidades.

¹³⁰ Dados observados no RI em janeiro de 2018. Disponível em: <www.repositorio.ufba.br>.

4 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos objetivos propostos o percurso metodológico se inicia com o levantamento da bibliografia, referente ao contexto da problemática, confrontando os mais diferentes autores que tratam de implantação e manutenção dos Repositórios Institucionais, das universidades brasileiras.

De acordo com Santos (2012):

Revisar significa retomar os discursos de outros pesquisadores e estudiosos não apenas para reconhecê-los, mas também para interagir com eles por meio de análise e categorização a fim de evidenciar a relevância da pesquisa a ser realizada.

Para as análises utilizamos uma metodologia de natureza aplicada, realizando o levantamento bibliográfico referente ao contexto da problemática, tendo a pesquisa bibliográfica como procedimento, com uma abordagem quantitativa, e como instrumentos de coleta de dados, entrevista e aplicação de questionários com discentes.

O curso de Mestrado em Ciência da Computação, alvo da nossa pesquisa, foi examinado através da sua *homepage* e do sistema acadêmico da UFBA, com o intuito de levantarmos dados e informações acerca do quantitativo de discentes que finalizaram de fato o curso, quais informações estão dispostas sobre o movimento de acesso aberto e o RI-UFBA e o nível de conhecimento dessa ferramenta pelo comunidade que atende, e acerca das políticas para utilização do RI-UFBA. Aplicação de questionários com os discentes, a fim de entender seu grau de conhecimento sobre o movimento de acesso aberto, o RI-UFBA e o autoarquivamento; e entrevista com o coordenador do curso de Mestrado em Ciência da Computação com a intenção de identificar quais providências foram adotadas para que a comunidade acadêmica estivesse engajada nessa proposta de comunicação de acesso aberto, para a produção científica oriunda desta Instituição.

Utilizamos a pesquisa quantitativa como instrumento de investigação, uma vez que, segundo Fonseca (2002) citado por Gerhardt (2009):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Quanto à natureza do trabalho, foi realizada uma pesquisa aplicada, que de acordo com Marconi e Lakatos (2011), "Caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade".

Este artigo tem como objetivo uma análise exploratória do problema, com levantamento bibliográfico, para efeito de aprofundamento no que tange o autoarquivamento, consideramos os estudos realizados por Pereira, Barros e Andrade (2012); Assis (2013); Gatti, Fogolin e Almeida (2014); Veiga e Macena (2015), buscando conhecer as pesquisas realizadas de modo mais abrangente, ou ainda de forma específica em determinada instituição. Adotamos como instrumento de coleta de dados, a realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários, tendo como procedimento um estudo de caso, que de acordo com Gil (2007) citado por Gerhardt (2009):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Temos, portanto, uma pesquisa de cunho bibliográfico, de natureza aplicada que se utilizou de entrevista e questionário como instrumento de coleta de dados. O universo da pesquisa se compõe dos discentes do Mestrado em Ciência da Computação da - UFBA, a fim de entender as suas relações estabelecidas com o RI e entrevista com o coordenador do curso de Pós-Graduação com a intenção de identificar as medidas que foram adotadas para fortalecer e incentivar a disponibilização da produção no RI contribuindo para a aplicação do acesso aberto a produção científica oriunda desta Instituição.

5 RELATO SOBRE O MESTRADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

O Mestrado em Ciência da Computação da UFBA foi implantado em 2012, com a proposta de ser o primeiro mestrado oferecido nessa área, de forma totalmente gratuita, visto que outras universidades particulares já possuíam mestrado nessa área. No entanto, esse mestrado sofreu descontinuidade em 2013.2, ou seja, apenas ingressaram 03 turmas (2012.1 / 2012.2 e 2013.1), visto que o projeto de criação de um Programa em Ciência da Computação, que contempla Mestrado e Doutorado, estava em vistas de ser aprovado pela Capes, o que de fato aconteceu em 2014.1, logo, o Mestrado recém-criado, estava fadado ao seu fim. Já em 2013.2 não houve mais seleção para este curso e a partir desse momento, apenas os alunos que já haviam ingressado estavam dando continuidade às suas atividades, até que ocorresse a última defesa e o curso fosse de fato inativado. Entre 2012.1 e 2013.1 ingressaram um total 112 alunos no mestrado, mas o levantamento atual revela que desse total de ingresso apenas 54 deles

defenderam, os demais foram desligados do curso por diversos motivos, ou seja, quase 50% dos ingressos alcançaram o título de mestre através deste curso.

Acreditamos ser uma proposta interessante para verificação do comportamento desses agentes, frente ao Repositório Institucional da UFBA, visto que a implantação do curso se deu exatamente após a criação do RI em 2010, o que não justificaria, a princípio, o desconhecimento dessa ferramenta. As defesas de dissertação e artigos elaborados pelos discentes, conseqüentemente aconteceram em anos posteriores, tempo suficiente talvez para conhecer o RI e se utilizar dessa ferramenta.

Identificamos através de ofícios emitidos a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (Propg), que cerca de 30 alunos receberam apoio financeiro para apresentação de artigos, ou seja, podemos inferir que alguns artigos foram publicados em eventos, porém sem suas devidas inserções no RI-UFBA, visto que identificamos artigos atribuídos a esse curso, em sua subcomunidade, porém relacionados com anos anteriores a criação do curso, portanto, deduzimos que foram arquivados indevidamente nesta subcomunidade, além do que, os autores encontrados não correspondem aos discentes do curso e sim docentes que pertenceram ao curso e a outros programas também, o que pode ter gerado algum tipo de equívoco no ato do arquivamento.

Como forma de levantarmos as informações sobre o conhecimento acerca do RI –UFBA pelos discente, encaminhamos um questionário através do *Google Form*, em 12 de janeiro de 2018, contendo cinco perguntas fechadas, aos 54 discentes que de fato obtiveram o título de mestre, dos quais 44 deles já possuem suas dissertações inseridas no RI-UFBA. Do total de 54 questionários enviados, recebemos resposta de 34 deles.

Com o intuito de compreendermos como se deu o arquivamento das dissertações, visto ser considerável o número de inserções no RI, e a divergência das respostas dos discentes quanto ao autoarquivamento, sendo que cerca de 85% dos respondentes informaram que não realizaram esse procedimento, contactamos a secretaria de apoio ao curso e fomos informados que os servidores técnicos administrativos deste setor, é que realizaram essas inserções, através de um verdadeiro mutirão, orientados pela equipe do RI-UFBA e pela coordenação do curso mais ou menos entre os anos de 2014 e 2016. Percebam que essa atividade não necessitava ser realizada em forma de mutirão, muito menos pelos servidores técnicos administrativos, haja vista que há possibilidades de autoarquivamento pelos próprios discentes, caso assim fossem orientados ou estabelecido de forma regulamentar pelo Programa. Sobre conhecer o Movimento de Acesso Aberto, 50% dos respondentes afirmam desconhecer o movimento, sendo que quase 30% afirmaram conhecer, e os outros 20% informaram que talvez tenha ouvido falar. Outro questionamento foi acerca de conhecer ou já ter “ouvido falar” sobre o RI-UFBA; cerca de 32%

dos respondentes afirmaram desconhecer o RI-UFBA, quase 60% afirmaram conhecer e outros 8% afirmaram que talvez já tenha ouvido falar sobre essa ferramenta. Quando o quesito foi acerca da orientação sobre o autoarquivamento no RI-UFBA, cerca de 59% responderam que não foram orientados a tal procedimento, por volta de 27% responderam que foram orientados e os outros 14% informaram que talvez tenha sido orientados. Para finalizar, perguntamos se os discentes consideram importante disponibilizar sua dissertação ou artigo em acesso aberto, tornando sua produção mais visível. Para 97% dos respondentes, sim eles consideram importante essa divulgação em acesso aberto, os outros 3% já não consideram.

A entrevista realizada com o coordenador do curso revelou dados interessantes, ao passo que o docente traz uma reflexão sobre a essência do Repositório Institucional da UFBA. O docente afirma conhecer o movimento de acesso aberto e o RI-UFBA, e informa que foi orientado institucionalmente para que seu curso realizasse o arquivamento no RI-UFBA, porém não lembra se foi dito que este arquivamento na verdade seria realizado pelos discentes e docentes. O entrevistado afirma que o curso não possui nenhuma referência ao RI-UFBA em sua *homepage*, e não há política de autoarquivamento elaborada. Por não ter compreendido que o procedimento seria via autoarquivamento, o docente considera a inserção no RI-UFBA uma atividade duplicada, visto que o mesmo documento deve ser inserido em outras bases de dados, tais como a Plataforma Lattes do CNPq e Sucupira da CAPES, levando a um trabalho exaustivo, além do mais, o entrevistado relata, “Um incentivo a esse tipo de cadastramento, por exemplo, seria um sistema automático de progressão aonde os dados de publicações viessem automaticamente do RI. Ai sim faria sentido manter mais essa base de dados atualizada”. O docente ainda considera que a baixa adesão ao autoarquivamento se deve a “Pouca divulgação, principalmente indicando de forma clara os benefícios e possíveis problemas para os discentes no ‘não arquivamento’”. Quando questionado se o docente seria favorável a uma política de obrigatoriedade, ou política de recompensa, para aqueles pesquisadores que publicam em acesso aberto, o entrevistado foi incisivo na resposta, relatando que, “De forma bem pragmática a Instituição deveria pensar em algum tipo de procedimento que, caso as publicações já estejam cadastradas no repositório algum processo seja facilitado, como por exemplo, o relatório de progressão”.

6 CONCLUSÃO

Com as devidas análises, concluímos que o autoarquivamento no Mestrado em Ciência da Computação não ocorreu na sua plenitude por questões de comunicação interna entre as instâncias administrativas da UFBA e do próprio Repositório, visto que os relatos deixam clara a

dificuldade de entendimento quanto ao responsável pelo arquivamento da produção dos discentes. O Colegiado do curso não compreendeu adequadamente como deveria ser processada essa inserção de dados, e com isso não elaborou nenhum documento de orientação ou mesmo uma política de autoarquivamento para os discentes. Essa ausência de informação clara e efetiva ocasionou em um desgaste por parte do pessoal técnico, estes sim foram orientados pelo curso a arquivarem no Repositório todas as dissertações defendidas, visto a pressão que estavam recebendo de instâncias administrativas para o povoamento da sub-comunidade no Repositório.

É perceptível essa conclusão, ao analisarmos que a maioria das respostas dadas pelos entrevistados, afirmam conhecer o Repositório Institucional da UFBA, e considerarem importante a disponibilização da sua produção em acesso aberto; em contrapartida, a maioria também afirma que não autoarquivaram suas dissertações. Concluimos que o desconhecimento por parte da coordenação, assim como dos discentes, não permitiu que o autoarquivamento se efetivasse enquanto estratégia do Movimento de Acesso Aberto. A falta de incentivo institucional para que o autoarquivamento ocorra, é evidenciado como uma realidade que pode ser transformada, e que venha a contribuir para uma mudança de paradigma. Acreditamos que essa conclusão possa auxiliar na conscientização de outros cursos, para o entendimento mais claro da definição de autoarquivamento, e contribuir para que a gestão do Repositório Institucional da UFBA promova ações de fortalecimento dessa estratégia, adotando uma comunicação mais direta e eficiente junto aos cursos de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Tainá Batista, Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, Ed. esp., p. 212-227, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69329/71822>>. Acesso em 13 dez. 2017.

BARROS, Susane; ROSA, Flávia; MEIRELLES, Rodrigo França. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: ferramenta de visibilidade para os programas de pós-graduação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 3, dez. 2015. p. 18-34. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15086>>. Acesso em 15 dez. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação Em Ciência e Tecnologia - IBICT. **Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã**. Disponível em:<<http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada>>. Acesso em: 05 de jan. de 2017.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.

CONVENÇÃO DE SANTA FÉ PARA A INICIATIVA DE ARQUIVOS ABERTOS.

Disponível em: <http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm>. Acesso em: 13 de dez. 2017.

COSTA, Michelli, Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Acesso Aberto no mundo e na América Latina: uma revisão a partir da BOAI. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-46. jan./abr. 2016. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19433/2/AcessoAbertoMundo_%202016.pdf. Acesso em: 13 de dez. 2017.

COSTA, Sely M. S. ; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006.2006. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1015/1/EVENTO_RepositorioInstitucional.pdf>. Acesso em: 13 de jan. de 2017.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios Institucionais como ferramenta de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>>. Acesso em: 13 de jan. de 2017.

FACHIN, Gleisy Regina Bories et. al. Gestão do conhecimento e a visão cognitiva dos repositórios institucionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 14, n.2, p. 220-226, maio/ago. 2009. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/212/589>>. Acesso em 12 de jan. de 2017.

GATTI, Cássia Adriana de Sant’Ana; FOGOLIN, Dilnei Fátima; ALMEIDA, Sandra Manzano de. Mudança de cultura para o autoarquivamento: planejamento para implantação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS – SNBU, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2014. p. 1-14.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Anilza Rita de Souza. **Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA**: contribuição à política institucional de acesso aberto. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LEITE, Fernando César Lima. **Gestão do Conhecimento científico no contexto acadêmico**: uma proposta de um modelo conceitual. Brasília, 2006. 240 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/3975/1/2006_FernandoCesarLimaLeite.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2017.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerencia e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositório institucional de acesso aberto**. Brasília, DF: Ibict, 2009.

Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliareGerenciar.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Gleice; BARROS, Patrícia Pacheco; ANDRADE, Morgana Carneiro de. Repositórios Institucionais: em busca do autoarquivamento. CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA DE ACESSO LIVRE. 3, 2012, Lisboa. **Anais...**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012. p. 1-7. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/jspui/handle/10/2027>>. Acesso em 15 dez. 2017.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A Disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu Repositório Institucional: uma política de acesso aberto**. Salvador, 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3031/1/Tese%20Flavia.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2017.

SILVA, Terezinha Elisabeth; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação e Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009.

SAYÃO, Luiz et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: política, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação científica além da ciência. **Ação midiática: estudos em comunicação, sociedade e cultura**. Paraná. n. 7. p. 1-12, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>>.

Acesso em: 12 de dez. 2017.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000300012>. Acesso em 13 de dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, Gabinete do Reitor. **Portaria Nº 024/2010**. Palácio da Reitoria. Salvador, 07 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>. Acesso em: 04 de jan. de 2017.

VIANNA, Sheila Maria de Vasconcellos; CARVALHO, Rogério Atem de. Benefícios da implantação de repositórios institucionais na preservação da memória institucional. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25, 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-15. Disponível em: < <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1613/1614>>. Acesso em 15 de dez. 2017.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luis Guilherme. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 3, dez. 2015. p. 35-47. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107>>. Acesso em; 15 dez. 2017.